

MST: entre a possível constituição de classe nos acampamentos e o refluxo político-ideológico nos assentamentos

Elie! Machado e Renata Gonalves**

Sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condioes sociais de exist4ncia, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilus4es, maneiras de pensar e concepoes de vida distintas e peculiarmente constitu4das. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condioes materiais e das relaoes sociais correspondentes.
Marx, O 18 Brum4rio de Luis Bonaparte

Resumo: Neste trabalho pretendemos examinar os limites e as potencialidades que a luta travada pelo MST, sob o neoliberalismo, imp4e para a 4rdua e complexa tarefa de constituiao dos trabalhadores em classe. O contexto neoliberal coloca ao Movimento um problema pol4tico-ideol4gico de dif4cil sa4da: reivindicar meios de produao e, ao mesmo tempo, lutar pelo socialismo.

A (des)constitu4o do proletariado em classe

Marx e Engels afirmam, logo no in4cio do primeiro cap4tulo do *Manifesto do Partido Comunista*, que a hist4ria da humanidade tem sido a hist4ria da luta de classes. Quando discorrem sobre a constituiao das classes fundamentais – a burguesia, de um lado, e o proletariado, de outro – afirmam que este 4ltimo assim que nasce inicia sua luta contra a burguesia. De forma sum4ria, podemos interpretar que as classes s4o uma construao hist4rica, t4pica dos seus embates de classes, ou seja, constituem-se na luta de classes.

Ainda que muitos movimentos sociais se apresentem como anti-sist4micos e reivindicuem a superaao das dificuldades inerentes 4 acumul4o capitalista, n4o podemos perder de vista que as bases materiais sobre as quais sustentam suas lutas e a evoluao dessas bases dependem do grau de desenvolvimento do pr4prio capitalismo. Os sujeitos protagonistas das lutas n4o s4o agentes passivos do processo e, al4m disso, podem precipitar situaoes pol4ticas e ideol4gicas que, muitas vezes, n4o t4m resson4ncia em suas pr4prias bases sociais. O desenvolvimento pol4tico do proletariado est4 “condicionado”, em geral, ao desenvolvimento da burguesia industrial, “sob cujo dom4nio adquire ele exist4ncia nacional

** Professores do Departamento de Ci4ncias Sociais da Universidade Estadual de Londrina; coordenadores do Grupo de Estudos de Pol4tica da Am4rica Latina (GEPAL/UEL); e pesquisadores do N4cleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP).

Contatos: elielmachado@sercomtel.com.br ; regon@londrina.net

que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária” (Marx, SD: 119)¹.

A reconceituação que Poulantzas faz das classes sociais nos permite avançar um pouco mais. Para o autor, as classes sociais são grupos de agentes sociais, definidos principalmente, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, não se restringem à esfera econômica. As classes, que têm um caráter histórico e dinâmico, se constituem na dinâmica processual das lutas de classes (Poulantzas, 1976). Esta análise nos fornecem ferramentas para examinar o caso do Brasil dos anos 1970, que embora em pleno desenvolvimento do capitalismo, não houve as condições necessárias para a constituição do proletariado em classe. Com efeito, no período que nos interessa verificou-se a intensificação de um processo de proletarização, atrelado à urbanização precária e incapaz de suprir as “carências” urbanas que se impunham ao proletariado. Mais ainda: “o capital se mostrou incapaz de inserir plenamente todos na esfera produtiva, acarretou as mais diversas situações (subemprego, por exemplo), levando, inclusive, à redefinição das lutas. Este novo surto de desenvolvimento capitalista e correspondente crescimento e maior diversificação do proletariado esteve na base de uma nova arrancada das lutas sindicais e partidárias dentro de um contexto bastante peculiar: o de ditadura militar” (Gonçalves, 2005: 90). Tratava-se da formação de um novo e heterogêneo proletariado e, por isso mesmo, se “assistia à emergência de uma nova configuração de classe” (Sader, 1988: 36), cujas lutas levaram à criação de uma importante central sindical, de um partido – na época – dos trabalhadores e de cinco greves gerais. Apesar disso, não foi possível a constituição plena do proletariado como classe. Esta permanece complexa e como observado por Boito Jr. (2003) e Almeida (2005) não ocorre de forma linear e tampouco pode ser analisada de maneira evolutiva, embora possa se formar no embate com outras classes.

A partir dos anos de 1990 permaneceu adiada a constituição do proletariado em classe. Desde então, os trabalhadores começaram a sofrer verdadeiras derrotas ao passo em que se implantavam as políticas neoliberais no país. A intensa mobilização política dos trabalhadores não foi suficiente para tornar hegemônico seu projeto nacional, democrático e popular e “acabou possibilitando, em determinado momento (a partir da eleição de Fernando Collor em 1989), a unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, mesmo

¹ Algo que não se verificou, por exemplo, na Comuna de Paris de 1871.

com idas e vindas, contradições e disputas internas, em virtude do temor das mesmas perderem o controle político da sociedade” (Filgueiras, 2006: 181).

Várias análises demonstram que, no caso brasileiro, não houve um projeto prévio e claro de neoliberalismo e que sua implementação foi resultado de disputas políticas entre as diversas classes e frações de classe. As mudanças impostas pelo neoliberalismo à relação capital-trabalho, cuja face mais visível são as altas taxas de desemprego, a precarização das condições de trabalho, enfraqueceram o “poder político e de negociação das representações das classes trabalhadoras”. Este tem sido “um dos pilares fundamentais do projeto político neoliberal, redefinindo radicalmente, a favor do capital, a correlação de forças políticas”, empurrando cada vez mais os movimentos sociais e trabalhistas para a defensiva e levando a um permanente “movimento de transformação político-ideológica da maior parte de suas direções, no sentido de restringir a sua atuação política aos limites dos espaços que a nova ordem lhes reservava” (2006: 189; 201).

As invenções democráticas² do MST

No contexto de refluxo dos movimentos sindicais e partidários ganharam alento as ações promovidas pelo MST, que mesmo em condições adversas, teima em fazer luta de classes e em lutar por transformação social. Sem uma definição de regras claras de atuação devidamente institucionalizadas o Movimento foi ganhando terreno ao passo que os sindicatos o perdiam. Eram outros os tipos de ação, eram outros os membros, pois a luta pela terra exige, segundo os documentos que o movimento produz, a participação de todos (homens, mulheres e crianças) os trabalhadores sem-terra³. As ocupações de terra, seguidas pelos acampamentos, que são as principais formas de luta para a implantação dos assentamentos rurais, contribuem para o retorno dos trabalhadores ao meio rural, e repercutem diretamente no embate entre latifundiários grileiros (agora “agronegociistas”), Estado e MST. Mas aqui também coloca-se o problema da constituição da classe.

Ao procurarem constituir os trabalhadores em classe, os sem-terra deparam-se com

² Expressão utilizada por Machado (2004) para se contrapor à de Lefort (1983) que considera a democracia como uma criação constante de novos direitos, negligenciando o fato de que a democracia burguesa não se acanha em retirá-los quando bem lhe convier e puder. As “invenções democráticas” são ações políticas massificadas e com forte conteúdo político-ideológico. Nos termos deste trabalho, as “invenções” do MST designam formas de organização, de luta e de resistência à hegemonia burguesa. As classes populares, nos embates políticos ao poder burguês, engendram formas democráticas de organização, estabelecem padrões de comportamento social e político distintos das sociedades burguesas (Machado, 2004).

³ Esta referência é importante para a análise dos dispositivos políticos-ideológicos, sobretudo, nos espaços dos acampamentos onde se verifica uma maior participação política das mulheres. A este respeito, ver Gonçalves (2005a).

limites próprios de sua base social que, sendo constituída, sobretudo, por trabalhadores rurais semiproletários ou semi-assalariados⁴ (Germer, 2002), não estão diretamente em confronto com o capital.

Sem cair no economicismo que consistiria em relacionar a constituição das classes à posição dos agentes na produção, observamos que a heterogênea composição de sua base sinaliza algumas dificuldades políticas enfrentadas pelo MST. Uma delas está vinculada à própria organização, pois do ponto de vista político-ideológico e das necessidades concretas, os “assalariados puros” e os “semiproletários” são dois setores do campo popular muito próximos. Porém, no plano concreto da luta não trilham os mesmos caminhos, a não ser em algumas ocasiões especiais, como ocorreu durante a Marcha dos 100 mil sobre Brasília, em 1997. Levando-se em conta que o “proletariado puro” é numericamente superior ao “semiproletariado”, as relutâncias se complicam ainda mais, dado o potencial de luta que o primeiro poderia engendrar em conjunto com o “semiproletariado” e não o faz. Neste sentido, Comparato (2003) observa que a CONTAG, representante desse segmento, tem 15 milhões de filiados e a CUT totaliza 21 milhões. Na outra ponta, o MST, que representa o “semiproletariado”, conta apenas com cerca de 124.240 famílias acampadas, 105.466 assentadas, correspondendo a 1.649 assentamentos, em 2005⁵. Apesar da pouca expressividade numérica, o MST acaba, no final das contas, segurando as bandeiras de luta dos trabalhadores em geral praticamente sozinho⁶. Delas, fazem parte, os acampamentos, as marchas, caminhadas, ocupações de terra e de edifícios públicos (palácio do governo, secretarias, institutos), etc. Assim, para Germer (2002), o protagonismo político do MST, nos anos 1990, representa um paradoxo: o MST, ao se constituir basicamente no semiproletariado rural, tomou a dianteira na luta contra o capitalismo neoliberal, enquanto a CONTAG, ligada à CUT, manteve uma postura “passiva”⁷.

Se não se confronta diretamente com o capital, no plano jurídico-ideológico o MST desafia o Estado burguês ao questionar as formas de propriedade e as políticas estatais

⁴ Embora haja ampla bibliografia sobre o assunto, não existe uma definição clara das terminologias utilizadas para se remeter à base social do MST. Serão utilizados aqui os termos que mais aparecem: semiproletariado, camponês, trabalhadores rurais, proletários agrícolas, bóias-frias, assalariados rurais. Estes termos remetem diretamente ao debate sobre a existência ou não do capitalismo no campo brasileiro.

⁵ Dados obtidos do sítio do MST na Internet (www.mst.org.br).

⁶ Em Buzetto (1999) e Coletti (2005) podemos encontrar referências aos esforços do MST em unir a luta dos trabalhadores do campo e da cidade. Analisando o acampamento Nova Canudos, instalado na região de Sorocaba, em 1999, os autores destacam que 80% de sua composição social eram predominantemente urbana e que se tratavam sobretudo de trabalhadores desempregados, sem-teto, moradores de rua, ex-operários, ex-marceneiros, ex-mecânicos.

⁷ A este respeito consultar as estimativas feitas por Comparato (2003) entre o número de greves e as ocupações realizadas pelos MST e Contag.

voltadas para o capital agrário-exportador. Desta forma, o MST desvenda aquilo que a ideologia burguesa procura ocultar: o caráter de classe do Estado capitalista. Ao fazer ocupações, instalar acampamentos, o(a)s sem-terra atacam o núcleo jurídico-político e ideológico que assegura a propriedade privada dos meios de produção e estão em confronto direto com o Estado que, inclusive, mobiliza dispositivos de coerção física. Neste confronto é o caráter de classe do Estado burguês que está sendo questionado. Ao questionar este Estado, que aparece esvaziado de qualquer determinação de classes, os sem-terra desestabilizam a própria distinção público/privado que, embora cambiante, é fundamental para a ideologia burguesa e, neste sentido, para a reprodução do conjunto das relações sociais capitalistas. Desta forma, os sem-terra abrem espaço para a dominância de uma outra distinção, individual/coletivo, com potencialidades qualitativamente diferentes. Por outro lado, a própria luta do(a)s acampado(a)s é contraditória na medida em que reivindica que a ocupação seja institucionalizada pelo Estado burguês. Na maioria das vezes, essa reivindicação apela para um discurso fortemente aprisionado no interior da ideologia jurídica burguesa como, por exemplo, ao se remeter ao caráter improdutivo da propriedade que está sendo ocupada.

Recuos político-ideológicos dos assentamentos

Após anos de luta para resistir nos acampamentos, os assentamentos representam um desfecho positivo para os sem-terra contra o latifúndio. Em grande medida eles são resultados da atuação dos movimentos sociais que criaram uma dinâmica de “reforma agrária processual” que funciona sob a forma de: luta → mudanças → luta. Neste sentido, Medeiros & Leite escrevem que os “assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova da eficácia das pressões intensas, em especial quando a referência são as ocupações de terra e acampamentos” (1999: 19). O(a)s trabalhadore(a)s ficam mais motivados para realizar ocupações à medida em que os assentamentos demonstram que podem dar certo. Desta forma, os assentamentos se transformam em um território em disputa, eles se tornam o efeito material da luta de classes. De um lado, o Estado quer desmobilizar a luta pela terra, principalmente aquela liderada pelo MST, e, de outro, os movimentos sociais querem demonstrar que a reforma agrária é possível.

Este território expressa a organização, luta em torno da terra e, neste sentido, impõe às localidades em que foi implantado “uma derrota ao latifúndio” e representa “a conquista da luta política dos trabalhadores e expressão da luta organizada” (Martins, 2004: 165). No entanto, as profundas mudanças que ocorreram nos anos de 1990, tornaram ainda mais difíceis a reprodução social dos pequenos agricultores. A transformação capitalista da

agricultura priorizou os aspectos econômicos e tecnológicos e os assentamentos adquiriram formas em que o tempo e o espaço são regidos pelo modo de produção dominante. Para além da sobrevivência, é necessário produzir para pagar os créditos, os empréstimos feitos junto ao Estado, ao banco, etc. As classes se constituem no processo de lutas de classes, lutas que, ancoradas fundamentalmente nas relações de produção, sofrem as múltiplas e contraditórias determinações econômicas, jurídico-políticas e ideológicas (Poulantzas, 1976). Nossa hipótese é que o refluxo nos assentamentos está estreitamente ligado ao impasse relativo à prioridade dada à viabilidade econômica dos assentamentos. A luta para permanecer na terra se torna imediatista e o aspecto econômico predomina.

Nos assentamentos esta contradição público-privado se atenua. O MST, ao empunhar a bandeira da reforma agrária, reivindica distribuição de terra sob o controle dos trabalhadores sem-terra e aqui se observa sérios prejuízos para a componente anti-sistêmica do Movimento. Não há mais um confronto físico com o Estado ou, quando há, este é atenuado. O assentamento já está legalizado, instituído. Ao contrário de um confronto, agora é preciso lutar por políticas estatais que contribuam para a viabilidade econômica do assentamento. Trata-se de viabilização econômica a assentamentos inseridos em formações sociais capitalistas e, portanto, sujeitos a relações mercantis e, mais ainda, à produção de valor e mais-valor. Sob o fogo cruzado destas múltiplas determinações do modo de produção capitalista (jurídica, política e econômica), a tendência à restauração da dicotomia público/privado. O Estado deixa de ser considerado agente da classe dominante e passa a ser visto como uma instância que não age bem. De acordo com Martins, “a luta política que, por um lado, garantiu acesso a recursos públicos, trouxe em seu bojo a dependência financeira”. Segundo o autor, “praticamente para tudo que se fazia dependia-se dos recursos oficiais ou de organizações não-governamentais”. Assim, conclui, “o crescimento do MST passou a depender da quantidade de recursos conquistados na sua luta por políticas públicas” (Martins, 2004: 171).

As relações sociais nos assentamentos começam a ser ditadas pelas leis de reprodução da formação social capitalista brasileira, o que significa que é preciso muita luta para que esse peso seja contra-balançado. Mais aumenta a penúria no assentamento e mais cresce a dependência. Superar esta contradição implica ultrapassar a luta pela sobrevivência e inclusão no capitalismo apenas. Nesta luta pela sobrevivência na terra conquistada, a margem de escolha se estreita e, quanto mais desfavorável é a correlação de forças, mais são privilegiados os objetivos imediatos. Em estreita correspondência com a transformação do lote em uma

espécie de propriedade privada. A prioridade conferida objetivamente à viabilidade econômica dos assentamentos contribui para que haja tanto um refluxo das lutas.

Algumas breves considerações

É provável que o papel político mais importante exercido pelo MST se encontre no questionamento jurídico-político e ideológico ao latifúndio e ao favorecimento estatal ao agronegócio. Isto faz dos assentamentos o grande desafio do Movimento. Como fazer luta política e, ao mesmo tempo, lutar pela sobrevivência material? Apesar de constante para o MST, trata-se de questão cuja resposta depende de pesquisas mais acuradas. Todavia, as invenções democráticas dos acampamentos nos levam à hipótese de que talvez resida aí o potencial transformador do Movimento.

Se não acopladas às lutas mais gerais, a permanência na terra pode se transformar numa questão burocrática com preenchimento de papéis, assinaturas para obter créditos, se distanciando muito da luta política inicial. Almeida (1997), havia destacado que “existem momentos em que as lutas refluem e, portanto, o aspecto reprodução das relações sociais ocupa quase todo o campo da visibilidade”. Para o autor, “recalcado o questionamento, desorganizada a luta dos dominados, fica mais fácil para o Estado aparecer como uma instância voltada fundamentalmente para a administração” (Almeida, 1997: 115). Um dos efeitos deste processo “consiste no risco de que as classes populares terminem se sobrecarregando de tarefas administrativas” e, ao se concentrarem demasiadamente nelas, “se ‘esqueçam’ das (ou simplesmente não tenham energia para) lutas políticas que, embora maiores, possam lhes interessar mais de perto” (Almeida, 1997, p. 122). Esta hipótese geral pode adquirir cores dramáticas quando se trata das classes dominadas nas formações sociais dependentes em tempos de neoliberalismo, sob o forte risco da constituição da classe trabalhadora permanecer adiada.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, L. F.. “O Estado em questão: reordenamento do poder”. In: GADELHA, R. (org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: Educ, 1997.
- _____. Lutas sociais, direitos e políticas públicas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luis, v. 9, nº 1, p. 279-302, jan./jun., 2005.
- BOITO Jr., A. “A (difícil) formação da classe operária”. In: BOITO Jr., A.; TOLEDO, C. N. de. (orgs.). *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- BUZETTO, M. “Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo”. In: *Lutas Sociais*, São Paulo: Xamã, no. 6, 1999.

- COLETTI, C. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais. Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- COMPARATO, B. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- FILGUEIRAS, L. “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico”. In: BASULADO, E. M. & ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- GONÇALVES, R. C. *Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais. Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. “Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra”. In: *Lutas Sociais*, São Paulo: Neils, no. 13/14, 2005a.
- MACHADO, E. R. *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARTINS, A. F. Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. 6ª ed. São Paulo: Global Editora, 1988.
- MEDEIROS, L. & LEITE, S. “Introdução”. In: MEDEIROS, L. & LEITE, S. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre / Rio de Janeiro: UFRS/CPDA, 1999.
- POULANTZAS, N. *Teoria das classes sociais*. Porto: Publicações Escorpião, 1976.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.